

COLEGIO MILITAR DE CURITIBA

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	160077-COLEGIO MILITAR DE CURITIBA	SERGIO CARA FERNANDES PRIETO	27/04/2026 11:00 (v 0.12)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	28/2026	64252.001853/2026-27

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64252.0018532026-27)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para atenderem as necessidades imediatas de organização do evento MUNDO CM e outros eventos previstos para o primeiro semestre do corrente ano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CANECA Material Ecológico. Caneca com capacidade mínima de 400ml, em fibra vegetal (coco, bambu, madeira ou arroz). Medidas mínimas: 8,5cm (diâmetro) x 9,5 cm (altura), com texto de cor única e logotipo colorido (4x0 cores), silkscreen ou impressão digital. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	409678	Und	350	R\$ 8,10	R\$ 2.835,00
2	CANETA ESFEROGRÁFICA Corpo em metal. Caneta em metal, colorida, com prendedor em metal para roupa, tamanho aproximado de 14cm x 1,5cm, peso aproximado de 17g. Retrátil com acionamento por clique, por meio de botão em metal. Logotipo e nome da instituição, em gravação digital / laser em cor única, área de impressão aproximadamente 0,5cm x 5cm. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e	460547	Und	750	R\$ 3,09	R\$ 2.317,50

	textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.					
3	CANETA ESFEROGRÁFICA corpo em material reciclável (bambu). Ponta em metal, escrita ponta média, tinta cor azul ou preta. Características adicionais: modelo retrátil, com botão de pressão, com suporte de fixação para bolso em metal, logomarca e inscrições a laser, em cor única, máximo de 30 caracteres. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	427058	Und	260	R\$ 2,15	R\$ 559,00
4	MOCHILA em nylon. Nylon/poliamida, impermeável, cor a ser definida. Medidas mínimas: 38cm x 47cm (L x A). Costuras reforçadas com linha dupla e fundo reforçado. Reforço triangular sobreposto, costurado sobre as pontas inferiores, com ilhóses para a passagem do cordão. Fechamento em cordão de algodão que se transforma em duas alças de ombro. Com um bolso interno, medidas mínimas de 19cm x 18cm, costurado junto da abertura, com zíper de fechamento em metal preto. Arte externa colorida (4x0cores), em uma face, impressa em SilkScreen, tamanho mínimo de 24cm x 30cm. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	619040	Und	500	R\$ 46,41	R\$ 23.205,00
	SACOLA Ecobag. Em tecido 100% algodão cru, aproximadamente 180g, com					

5	dimensões mínimas de (A x L x P) 40cm x 35cm x 14cm; tipo sanfona, com fole lateral e fundo; alça de tecido com aproximadamente 50cm de comprimento. Impressão colorida em Silkscreen (4x0cores), área de impressão mínima de (Ax L) 20cm x 20cm, em uma das faces da sacola. Modelo, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante.. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante.A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	629172	Und	350	R\$ 7,63	R\$ 2.670,50
6	CRACHÁ tipo credencial, com cordão e grampo jacaré. Dimensões mínimas: 10cm x 15cm (LxA), espessura mínima de 2mm, com espaço / furo para a passagem de cordão com jacaré incluídos. Crachá: tipo cartão de identificação, com arte digital por impressão nos dois lados - frente e verso, sendo: impressão da frente colorida (4x0cores) e impressão do verso em cor única (1x0cores); material PVC ou Acrílico branco/leitoso. Prendedor de Crachá: tipo fita de poliéster, cor única, comprimento mínimo de 80cm, largura mínima de 2cm, com gravação colorida nos dois lados da fita (4x4cores) de logomarca e texto. Prendedor metálico: tipo jacaré ou argola. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	613463	Und	610	R\$ 7,15	R\$ 4.361,50
7	BOTTON Personalizado. Com alfinete, modelo americano, em metal recoberto com acetato. Tamanho: 3,5cm de diâmetro, arte – imagem e texto impressos em uma face, coloridos (4x0cores). Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	619397	Und	610	R\$ 4,30	R\$ 2.623,00
8	CARTAZ A2. Tamanho mínimo de 420mm x 594mm (LxA) – A2; papel Couchê brilhante; gramatura mínima de 180g/m², impressão OffSet colorida (4x0cores) uma face; acabamento reto. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	625041	Und	50	R\$ 2,99	R\$ 149,50

9	COPO ECOLÓGICO COM TAMPA. Capacidade 350ml; material: fibra de coco, bambu ou arroz; livre de BPA. medidas mínimas: 10cm (altura) x 9cm (largura/diâmetro da boca); com tampa. Com impressão colorida (4x0cores) em transfer na lateral do copo, área de impressão aproximada de 6x6cm. Modelo, cor do objeto, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	630369	Und	260	R\$ 12,23	R\$ 3.179,80
10	BONÉ modelo DadHat sem estrutura. Personalizado adulto. Confeccionado em DryFit 100% poliéster. Com faixa de transpiração absorvente na parte interna para absorção de umidade, com regulador de tamanho em tecido com fechamento em fivela de metal ou com velcro (a definir); com aba dura e curva. Logomarca da instituição e bandeira do Brasil miniatura aplicados na lateral e na frente do boné, em bordado ou aplic, “tipo manicaca”, ambos coloridos. Texto ou arte bordados na parte superior da aba e/ou nas laterais do boné. Modelo, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	410640	Und	240	R\$ 18,00	R\$ 4.320,00
11	CAMISA modelo esportiva. Em tecido DryFit 100% poliéster. com gramatura fina (120g/m² a 140 g/m²) , gola “V” ou “careca” (a definir), manga curta, com punhos e barra normal, podendo ser de outra cor (a definir); camisa em tecido de cor única ou em duas cores (a definir), com três viéses aplicados nos ombros (cor a definir); com impressão colorida por sublimação no corpo da camisa ou nas mangas (arte a definir). Modelo, arte/imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	480883	Und	460	R\$ 22,67	R\$ 10.428,20
	GARRAFA tipo Squeeze. Material alumínio. Capacidade mínima de 500ml, aplicação água. Características adicionais: com tampa metálica rosqueável, com					

12	mosqueteo metálico para prendê-la em cintos ou mochilas, com borracha de vedação anti-vazamento na tampa, cor da tampa preta. Com gravação a laser de logomarca e texto, em uma só cor (1x0), no corpo da garrafa. Modelo, cor do objeto, arte /imagens e textos serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Imagem de referência em anexo.	440292	Und	240	R\$ 14,89	R\$ 3.573,60
13	EXTENSÃO ELÉTRICA. Comprimento mínimo: 05 metros; Tripolar (3 pinos); quantidade mínima de tomadas (fêmea): 03; corrente nominal: 10A, cabo Pp 2x1, 5mm reforçada, tensão nominal: Bivolt; cor preto. Imagem de referência em anexo.	325713	Und	30	R\$ 33,17	R\$ 995,10
14	BOLA DE VÔLEI. Selo oficial. Confeccionada em laminado microfibra, 18 gomos, camada interna neotec, miolo cápsula sis, tecnologia de construção termotec, peso cheia 260 a 280g, circunferência mínima de 65 a 67cm. Aprovada/Certificada pela Federação Internacional de Vôlei – selo FIVB – bola oficial. Marca de referência: Pênalty PR 8.0 ou similar.	258379	Und	15	R\$ 175,00	R\$ 2.625,00
15	TROFÉU GRANDE personalizado. Material: acrílico, com espessura mínima de 3mm; acabamento preto black piano e/ou espelhado dourado e/ou espelhado prateado e/ou espelhado bronze; medidas mínimas: 15cm x 25cm (LxA); com impressão/gravação no corpo do troféu, impressão colorida a laser - logomarca e texto (4x0cores) – 01 face. Base: tipo caixa, retangular em acrílico black piano; medidas mínimas da base: 15cm de comprimento x 6cm de largura x 3cm de altura (vide modelo); na base inferior de cada troféu terá uma inscrição diferenciada de cada prova, com impressão/gravação colorida a laser - logomarca e texto (1x0cores) – 01 face. Modelo de recorte (os formatos poderão variar) e artes de cada troféu serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada.Cada troféu com uma arte e recorte diferentes. Imagem de referência em anexo.	617448	Und	03	R\$ 88,66	R\$ 265,98
	TROFÉU MÉDIO personalizado. Material: acrílico, com espessura mínima de					

16	3mm; acabamento preto black piano e/ou espelhado dourado e/ou espelhado prateado e/ou espelhado bronze; medidas mínimas: 12cm x 20cm (LxA); com impressão/gravação no corpo do troféu, impressão colorida a laser - logomarca e texto (4x0cores) – 01 face. Base: tipo caixa, retangular em acrílico black piano; medidas mínimas da base: 15cm de comprimento x 6cm de largura x 3cm de altura (vide modelo); na base inferior de cada troféu terá uma inscrição diferenciada de cada prova, com impressão/gravação colorida a laser - logomarca e texto (1x0cores) – 01 face. Modelo de recorte (os formatos poderão variar) e artes de cada troféu serão definidos pela contratante. A arte será enviada em PDF para impressão e link para o Canva, qualquer ajuste ou migração para outro programa específico (por exemplo Corew Draw) fica a cargo da contratada. Cada troféu com uma arte e recorte diferentes. Imagem de referência em anexo.	471251	Und	21	R\$ 45,26	R\$ 950,46
----	--	--------	-----	----	-----------	------------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, pois são produtos que apresentam as seguintes características:

- **Padronização objetiva:** apresentam especificações técnicas e padrões de desempenho e qualidade que podem ser estabelecidos sem complexidade e de forma objetiva, conforme consta na Tabela do **Item 1.1**;
- **Disponibilidade no Mercado:** os itens são facilmente encontrados no mercado e amplamente comercializados por múltiplos fornecedores;
- **Comparabilidade:** por possuírem padronização objetiva, os itens permitem a comparação e análise das propostas apresentadas pelos diferentes fornecedores, viabilizando e facilitando a seleção da solução mais coerente com as necessidades existentes;
- **Não exigem projeto especial:** os itens não necessitam de customização técnica complexa ou projetos detalhados para sua aquisição, diferentemente dos bens especiais; e
- **Foco no preço:** por permitirem a comparabilidade, os itens permitem a avaliação das propostas com base no menor preço ofertado, permitindo que a escolha da proposta seja baseada no preço mais eficiente e vantajoso para a Administração Pública.

- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **2 (dois)** meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização da Demanda, tendo em vista que, após análise, foi verificado que não é o caso da elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme disciplinado no Inciso I, do Art. 72, capítulo VIII, da Lei 14.133, de 1º Abr 2021.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, no Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 83/2025 e vinculado à Contratação nº 160077/000028/2026, conforme consta nas das informações básicas deste de Termo de Referência.
- 2.3. Foi consultado o Catálogo Eletrônico de Padronização e não foram encontradas descrições dos produtos desta aquisição.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. Atendendo ao estabelecido INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022, os requisitos da Contratação são os requisitos que o fornecedor deverá atender, de acordo com a descrição constante no Aviso de Contratação Direta e nos modelos de referência apresentados; incluindo as especificações mínimas de qualidade previstas para cada item, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante competição.

A solução foi delineada considerando o ciclo de vida dos produtos, desde a escolha de materiais com menor impacto ambiental (fibras naturais e metais recicláveis) até o descarte final. Promove-se a economia circular ao adquirir itens duráveis que substituem descartáveis, com previsão de destinação final adequada via coleta seletiva e logística reversa para itens eletrônicos, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e o Plano de Gestão Ambiental da Unidade"

3.2. Não será utilizado o SRP tendo em vista a proximidade da data prevista para os eventos e as quantidades serem específicas para os mesmos.

3.3. A Contratada efetuará a entrega do material no no seguinte **ENDEREÇO**:

COLÉGIO MILITAR DE CURITIBA - CMC (Almoxarifado)

Praça Conselheiro Thomás Coelho, 1 -Tarumã. Curitiba – PR. CEP: 82800-030.

3.3.1. As entregas deverão ocorrer nas seguintes datas e horários:

- de 2ª a 5ª feiras: das 08:00h às 16:00h; e

- 6ª feiras: das 08:00h às 12:00h.

3.4. A Nota de Empenho será enviada pela Contratante para a Contratada por meio de e-mail cadastrado no SICAF ou aquele informado durante o certame, ou outro meio de comunicação, com data máxima para entrega do material em até **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho pela Contratada e será considerada recebida no primeiro dia útil posterior ao seu envio.

3.5. A Contratada deverá fornecer o material adequadamente acondicionado e em perfeita condição de uso e conservação, sendo o mesmo certificado pelo INMETRO com prazo de validade vigente e conforme discriminado no Termo de Referência e Proposta do fornecedor, a contar do seu recebimento definitivo e especificado no seu rótulo. O volume que apresentar defeito ou qualquer irregularidade deverá ser substituído no prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas, a partir da notificação da Contratante para a Contratada, sem custos adicionais para a Contratante.

3.6. A presente aquisição será feita por Contratação Direta - Dispensa de Licitação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada - Outubro/ 2025) e verificou-se que não há impactos ambientais diretos, decorrentes da presente Contratação.

4.2. Dada a natureza dos materiais que se pretende adquirir, verifica-se somente e necessidade de consideradas ações, medidas e atividades previstas no Plano de Gestão Ambiental do CMC, as quais visam evitar ou minimizar os possíveis impactos ambientais indiretos advindos, dentre elas:

- estimular o consumo e utilização racional dos meios, a fim de se evitar qualquer forma de desperdício;
- conscientizar sobre a importância da destinação correta dos resíduos;
- desenvolver e praticar a cultura de reduzir, repensar, reaproveitar e reciclar; e
- realizar a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos: descarte futuro dos materiais a serem adquiridos e dos julgados inservíveis, conforme destinação correta para o reaproveitamento, redistribuição para outras entidades ou reciclagem.

4.3. A contratada deverá atentar para:

1. Produção e Extração de Matéria-Prima

Itens de Fibra Vegetal e Bambu (Canecas, Canetas, Copos): preferência a matéria-prima provenha de fontes renováveis ou resíduos de outras indústrias (como fibra de coco ou arroz), minimizando o impacto da extração

Itens de Metal e Alumínio (Canetas, Garrafas Squeeze): uso de metais que possuem alto índice de reciclabilidade e longa durabilidade, o que reduz a necessidade de novas extrações no futuro

Têxteis (Ecobags, Camisas, Mochilas): Priorizar fibras naturais (algodão cru) ou sintéticas de alta durabilidade (nylon/poliéster) que permitam múltiplos ciclos de lavagem e uso.

2. Fabricação e Distribuição (Logística)

Personalização: Optar por gravações a laser ou impressões digitais/sublimação que utilizem menos solventes químicos e gerem menos resíduos de tinta no processo de fabricação

Embalagem: fornecer o material com o mínimo de embalagem plástica individual, priorizando caixas de papelão reciclável para transporte em lote.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação, o Item 14 - **Bola de Vôlei** é o único item que tem indicação de Marca de Referência ou similar, que permite atender as características técnicas do produto, em conformidade com o selo FIVB - Federação Internacional de Vôlei, uma vez que há necessidade da utilização de bola oficiais nas competições desportivas de vôlei, organizadas pelo Colégio nos Jogos da Amizade, evento que conta com a participação de todos os Colégios Militares do Exército Brasileiro, sendo de estímulo ao desenvolvimeno da descoberta de novos atletas para o país.

4.5. A indicação de modelo de referência, por meio de imagens, ou marca de referência ou similar servem para apresentar um padrão mínimo do que se deseja adquirir, servindo para facilitar a visualização das características exigidas e para garantir que o fornecimento esteja em conformidade para atender as demandas existentes.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto tendo em vista que os itens são considerados comuns, de fácil aquisição no mercado e de baixa complexidade; e os quantitativos a serem adquiridos não são expressivos, o que permite que os licitantes executem o contrato integralmente, com suas próprias estruturas e sem a necessidade de terceiros.

4.7. A vedação da subcontratação facilita a participação direta de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP e evita a utilização destas empresas como intermediárias na confecção e/ou entrega dos itens sob responsabilidade contratual de empresas maiores, vencedoras do certame.

4.8. A vedação da subcontratação facilita as coordenações necessárias dos itens que exigem o envio de artes para sua confecção, além de permitir melhor fiscalização, ajustes e correções por parte da Contratante, durante a produção e o recebimento destes itens.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 por não haver riscos consideráveis na presente contratação, devido:

- ao baixo valor da contratação, uma vez que as compras são de pequeno vulto;
- à simplicidade dos Itens a serem adquiridos;
- a não existirem obrigações futuras, uma vez que a entrega dos itens será imediata, ocorrerá de forma integral e com a liquidação e pagamento total logo após o fornecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens deverá ocorrer nas seguintes condições e parcelas, conforme condições abaixo estabelecidas:

Item	Descrição	Parcelas	Composição da parcela	Quantidade Total	Prazo de Entrega	Observação
1	CANECA Material Ecológico.	ÚNICA	350 unidades (Arte única)	350	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
2	CANETA ESFEROGRÁFICA metal.	1ª Parcela	350 unidades (Arte modelo 1)	750	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
	CANETA ESFEROGRÁFICA metal.	2ª Parcela	200 unidades (Arte modelo 2) 100 unidades (Arte modelo 3) 100 unidades (Arte modelo 4)		30 Junho 26 (3ª feira)	
3	CANETA ESFEROGRÁFICA Ecológica	ÚNICA	260 unidades (Arte modelo único)	260	30 Junho 26 (3ª feira)	
4	MOCHILA em nylon.	ÚNICA	260 unidades (Arte modelo 1) 200 unidades (Arte modelo 2) 40 unidades (Arte modelo 3)	500	30 Junho 26 (3ª feira)	
5	SACOLA tipo Ecobag.	ÚNICA	350 unidades (Arte única)	350	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
6	CRACHÁ tipo credencial, com cordão	1ª Parcela	350 unidades (Arte modelo 1)	610	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
	CRACHÁ tipo credencial, com cordão	2ª Parcela	260 unidades (Arte modelo 2)		30 Junho 26 (3ª feira)	

7	Botton Personalizado.	1ª Parcela	350 unidades (Arte modelo 1)	610	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
	Botton Personalizado.	2ª Parcela	260 unidades (Arte modelo 2)		30 Junho 26 (3ª feira)	
8	CARTAZ A2	1ª Parcela	30 unidades (Arte modelo 1)	50	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
	CARTAZ A2	2ª Parcela	20 unidades (Arte modelo 2)		30 Junho 26 (3ª feira)	
9	Copo ecológico com tampa	ÚNICA	260 unidades (Arte única)	260	30 Junho 26 (3ª feira)	
10	BONÉ modelo	ÚNICA	200 unidades (Arte modelo 1) 40 unidades (Arte modelo 2)	240	30 Junho 26 (3ª feira)	
11	CAMISA modelo esportiva. DryFit	ÚNICA	460 unidades (Arte única)	460	30 Junho 26 (3ª feira)	
12	GARRAFA tipo Squeeze	ÚNICA	200 unidades (Arte modelo 1) 40 unidades (Arte modelo 2)	240	30 Junho 26 (3ª feira)	
13	EXTENSÃO ELÉTRICA	ÚNICA		30	30 Junho 26 (3ª feira)	
14	BOLA DE VÔLEI	ÚNICA		15	30 Junho 26 (3ª feira)	
15	TROFÉU GRANDE	1ª Parcela	02 unidades (Arte 02 modelos)	03	26 Maio 26 (3ª feira)	Prioridade 1
	TROFÉU GRANDE	2ª Parcela	01 unidade (Arte 01 modelo)		30 Junho 26 (3ª feira)	
16	TROFÉU MÉDIO	ÚNICA	21 unidades (Arte 21 modelos)	21	30 Junho 26 (3ª feira)	

Observação: os prazos da tabela acima se referem aos itens **JÁ ENTREGUES NO COLÉGIO**, ou seja, a Contratada deverá considerar o tempo necessário para a a confecção e para a logística de entrega.

5.2. O prazo de entrega dos bens será conforme o **Item 3.** deste Termo de Referência e **não poderá ultrapassar a data limte da tabela acima.**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.15.** Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave; e

7.2.4. Multas:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10 % (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF; e

7.8.2. os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **07 (sete) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e

trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em **23 Abr 26**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: julgamento pelo **MENOR PREÇO**, valor abaixo do limite legal estabelecido para os PDM utilizados.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme tabela do item 5.1.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista;

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 65.059,14 (sessenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e catorze centavos)**, conforme custos unitários apostos no Relatório da Pesquisa de Preços, aplicou-se o ajuste para duas casas decimais para os preços unitários.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) **Gestão/Unidade - UGR:** 167.503;
- II) **FONTE de Recursos:** 1050000415;
- III) **Programa de Trabalho - PTRES:** 232198;
- IV) **Elemento de despesa - ND:** 33.90.30;
- V) **Plano Interno - PI:** C5ENEASCOMI;
- VI) **RO:** 2026RO000694 - DECEX - 26 Mar 26; e
- VII) **NC:** 2026RO000693 - DECEX - 26 Mar 26.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Curitiba - PR, 23 de abril de 2026.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021; e
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (**Anexo II**).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação.

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Paraná, Seção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____ (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº _____/ 2025 , bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Curitiba-PR, de de 2025.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA ELISA GUGINSKI CARON

Chefe da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 10:43:02.

SERGIO CARA FERNANDES PRIETO

Chefe da Seção de Requisição DE/CA



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:37:20.

Despacho: Aprovo:

MOISES FELIPE GERVAZONI VIANA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:00:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO III - Modelos.pdf (384.49 KB)